A PRESENÇA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS CENSOS DE 1872, 1890, 1906 E 1920: DOS NÚMEROS ÀS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Lená Medeiros de Menezes

Mais do que enunciar conclusões aprofundadas sobre o tema geral da imigração portuguesa, o objetivo do trabalho é apresentar os Censos – em particular os de 1872, 1890, 1906 e 1920 – como possibilidades de pesquisa para o estudo da presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, destacando, como exemplos paradigmáticos dos processos vividos, algumas trajetórias de imigrantes que viveram a virada do oitocentos para o novecentos.

Até a segunda metade do século XIX, a contagem da população no Brasil era feita através de listas locais enviadas aos governos das províncias. Eram estes os responsáveis pela aferição dos resultados, que poderiam ou não ser encaminhados ao governo central, com vistas a um mapeamento global. As estratégias até então adotadas foram abandonadas quando a necessidade do estabelecimento de bases mais confiáveis para os sistemas eleitorais firmou-se no horizonte político, resultado do aperfeiçoamento do funcionamento parlamentar ao longo do Segundo Reinado, iniciado em 1840.

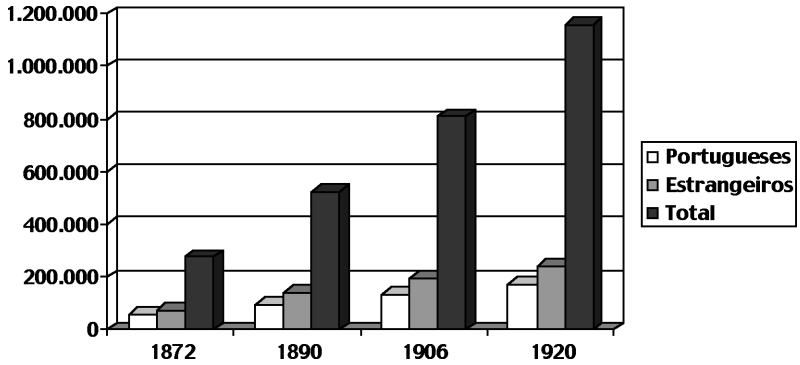
Através de decreto datado de dezembro de 1871, essas demandas receberam viabilização material e o primeiro recenseamento formal da população realizou-se no ano de 1872. Segundo os dados então obtidos, a população geral da cidade do Rio de Janeiro alcançava o total de 274 972 indivíduos (226 033 livres e 48 939 escravos)[1]. Dentre os livres, 73 310 (cerca de 1/3 da população) eram estrangeiros, sendo 17 302 pertencentes ao sexo feminino. Os portugueses constituíam a maioria incontestável da população estrangeira radicada na cidade, totalizando 55 933 indivíduos, o que correspondia a 76,29% da colônia estrangeira e a 24,74% da população livre (Censo de 1872: 58 e seguintes).

Uma análise qualitativa do censo, entretanto, aponta para a continuidade de algumas distorções marcantes nos levantamentos feitos. Dentre elas contam-se alguns quesitos esquecidos ou mal registrados, importantes para medir, por exemplo, os graus de urbanização e modernização alcançados: caso do registro das profissões.

O Censo de 1872 inseria-se em uma conjuntura de desenvolvimento material urbano da capital brasileira. Desde o término do tráfico negreiro – e, principalmente, a partir dos anos 1870 – o processo imigratório viria a estabelecer

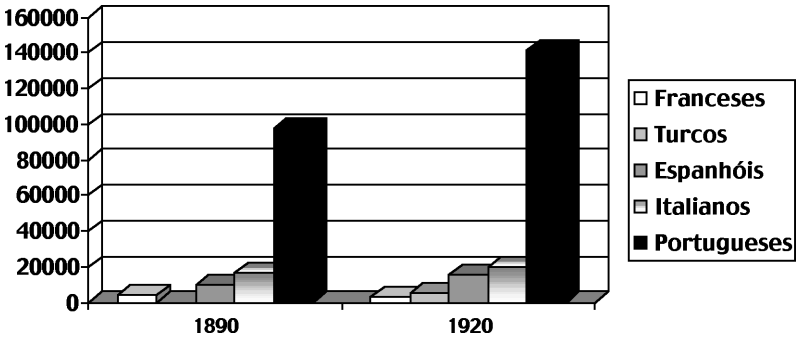
dialética profunda com o da abolição, tanto no campo quanto na cidade. Por conta disso, as décadas que correspondem ao último terço do oitocentos brasileiro foram marcadas por considerável aumento da população, fruto, principalmente, de processos internos de deslocamentos populacionais e da imigração européia, orientada no sentido da substituição do trabalho escravo na lavoura e nos ofícios urbanos[2].

Figura 1: População do Rio de Janeiro
(Censos de 1872, 1890, 1906 e 1920)



Com a proclamação da República em 1889 e a apologia do início de novos tempos, um novo decreto instituiu a obrigatoriedade da realização de censos periódicos, sendo o primeiro realizado em dezembro de 1890. Os números obtidos com relação ao Rio de Janeiro indicavam expressivo crescimento populacional, com a duplicação dos números registrados em 1872, inclusive com relação aos estrangeiros. Nesse momento, sua população alcançara o patamar de 522 651 indivíduos, no qual inseriam-se 155 202 estrangeiros[3] (124 352 só no Distrito Federal)[4], sendo 97 434 portugueses[5]. Dessa forma, os portugueses representavam 62,77% da população estrangeira e 18,64% da população total, em um mercado de trabalho no qual "os estrangeiros representavam cerca de 40% da força de trabalho do Rio de Janeiro"[6].

Figura 2: Nacionalidades estrangeiras fixadas na Capital Brasileira
(Censos de 1890 e 1920)



Observe-se que embora haja registros de um processo crescente dos quantitativos migratórios, a barreira dos 5 000 estrangeiros só foi suplantada em 1880, atingindo índices mais significativos em 1888, ano da abolição. Ainda que os portugueses continuassem sendo a maioria esmagadora dos que chegavam e dos que estavam fixados na capital, a tendência que se firmou foi a do paulatino descenso percentual. Dentre os recenseados em 1872, os portugueses representavam 76,29% da população total estrangeira, índice que desceu a 62,77% em 1890, a 63,36% em 1906 e a 61,38% em 1920. A tendência da queda relativa era explicada pelo aumento do peso de outros povos ao tempo da chamada Grande Imigração (1890-1914), com destaque para os italianos e espanhóis. Os índices alcançados, entretanto, estiveram longe de ameaçar o inquestionável peso da imigração portuguesa frente a todas as outras nacionalidades estrangeiras fixadas na cidade do Rio de Janeiro.

O recenseamento realizado em 1906 viria a indicar nova expansão populacional, com os estrangeiros atingido a cifra de 210 515 pessoas, com um total de 58 348 mulheres. Nesses quantitativos, os portugueses colaboravam com 133 393 indivíduos. Ou seja, 63,36% do total de imigrantes, sendo 101.777 homens e 31 616 mulheres, correspondendo estas a 23,70% do total. (Censo de 1906: 126-389).

Com relação ao censo de 1906, deve ser destacado que ele não aferiu a população total do país, visto ter se restringido ao Rio de Janeiro. A decisão por um novo recenseamento impôs-se pela necessidade de corrigir algumas das distorções do Censo de 1890, principalmente no tocante à alfabetização e distribuição ocupacional, visto ter sido detectada a ocorrência de superdimensionamento nos itens relativos ao número de analfabetos e ao registro dos sem qualificação profissional.

O censo de 1910, previsto legalmente em virtude da obrigatoriedade do intervalo de 10 anos entre os recenseamentos, não foi realizado por questões de instabilidade política. Apenas 30 anos após o primeiro censo republicano realizar-se-ia um novo censo geral. Corria o ano de 1920. Com metodologia mais

apurada, o novo levantamento pôde corrigir algumas distorções, havendo, por exemplo, uma definição muito mais precisa da categoria profissão, como demonstração explícita de uma preocupação pontual com o problema da divisão social do trabalho.

Os números obtidos em setembro de 1920 demonstram que a população da cidade, em menos de 40 anos quadruplicara, subindo para o patamar de 1 157 873 indivíduos, das quais 239 129 permaneciam sendo estrangeiro(a)s, correspondendo a 20,65% do total. Nesse cômputo, haviam 146 779 portuguese(a)s, o que apontava para o percentual de 61,38% no conjunto dos estrangeiros, sendo 43 586 mulheres (29,69% da referida nacionalidade).

Ao contrário dos censos anteriores, onde as profissões eram declaradas a partir de um quesito aberto, o esforço dos responsáveis pelo recenseamento orientou-se no sentido da classificação das profissões em grupos mais ou menos homogêneos. A construção de um quadro elaborado de divisões e subdivisões de atividades deixava transparecer a preocupação em compatibilizar os resultados gerais com os censos econômicos que eram realizados simultaneamente. Foram utilizadas centenas de ocupações distintas tendo como elementos gerais de classificação: "produção da matéria prima", "transformação da matéria prima", "administração e profissionais liberais" e um grande grupo de ocupações mal definidas ou o registro da ausência do trabalho.

Para citar um exemplo, o conjunto classificado como "transformação e emprego da matéria prima" admitia várias subdivisões. Em primeiro lugar estava a indústria, dividida, nos termos mais gerais, a partir de referências à natureza[7] ou à aplicação da matéria prima[8]. Seguiam-se os transportes, subdivididos em marítimos e fluviais; terrestres e aéreos; correios, telégrafos e telefones. Finalmente, o comércio, admitindo como sub-classificações os bancos, o câmbio, o seguro, as comissões, o comércio propriamente dito e outras espécies de comércio.

No quadro das indústrias, estariam empregados, segundo os números censitários, 54 693 indivíduos, sendo "vestuário e toucador" os setores com maior número de profissionais: respectivamente, 19 110 e 10 153. O comércio englobava o trabalho de 47 952 indivíduos, estando, assim, pouco abaixo da indústria, entendida em seu sentido mais amplo. Por outro lado, na rubrica "comércio propriamente dito" concentravam-se 45 156 indivíduos, o que projetava o setor como aquele de maior concentração profissional à época.

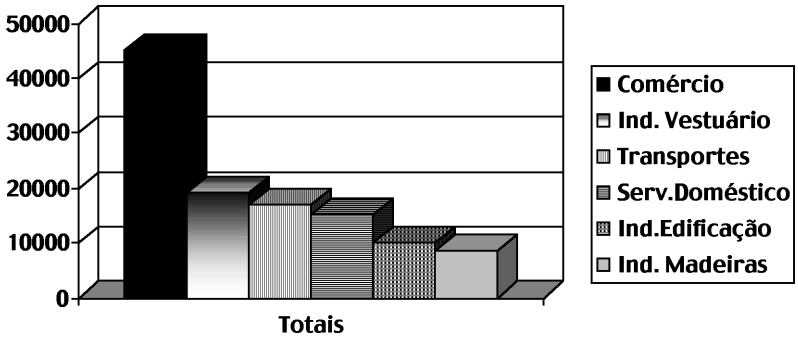
Com base nesses indícios, podemos dizer que, a partir de 1920, firmou-se a tendência do aprofundamento no registro das formas de inserção da população no processo produtivo, decorrência natural do avanço das atividades econômicas urbanas. Considerando-se outros tipos de fontes é possível dizer que, nesse universo, o imigrante português contribuía, decisivamente, na projeção de determinados totais no quadro geral traçado pelos levantamentos efetuados.

Ainda que não haja discriminação das nacionalidades representadas em cada um dos setores mapeados, é possível perceber que as ocupações de maior peso numérico continuavam a ser aquelas nas quais a presença portuguesa era, senão dominante, pelo menos expressiva.

Considerados os números apresentados, as diferentes ocupações posicionavam-se na seguinte ordenação. Em primeiro lugar, o comércio 'propriamente dito', concentrando 45 156 estrangeiros, seguindo-se a indústria de vestuário e toucador (19 110), o serviço doméstico (15 086), os transportes terrestres e aéreos (12 115) e a indústria de edificação (10 153).

Algumas observações adicionais devem ser feitas no tocante à distribuição ocupacional. A principal delas é o registro de que o número daqueles que aparecem com profissão não declarada ou sem profissão mantém-se extremamente elevado: 67 981 (52 593 dos quais com mais de 21 anos), aos quais se acrescentam 13 619 com profissões "mal definidas". No pólo oposto, há o registro de apenas 1 838 estrangeiros vivendo de suas rendas, o que comprova que e existência do imigrante pobre permanecia fato marcante, cabendo sempre dizer que o peso dos portugueses mostrava-se esmagador com relação às demais nacionalidades.

Figura 3: Distribuição dos estrangeiros por profissões
(Censos de 1920)

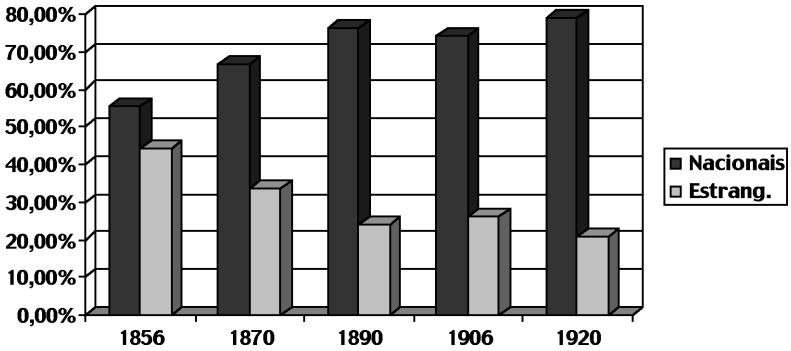


As atividades comerciais representavam, de forma inconteste, a maior concentração, com um registro total de 47 952 indivíduos. As indústrias, subdivididas segundo a natureza da matéria prima e a aplicação da matéria prima, incluíam atividades variadas. Os maiores quantitativos concentravam-se nos setores do vestuário e toucador (19 110 trabalhadores), edificação (10 153), madeiras (8 510), metalurgia (4 540) e têxteis (3 436). Na rubrica dos transportes concentravam-se 17 163 trabalhadores (4 839 nos transportes marítimos e terrestres, 12 115 nos transportes terrestres e aéreos e 209 nos correios, telégrafos e telefones).

No caso específico das mulheres, no serviço doméstico estavam 15 086; nas indústrias, 9 529, com predominância absoluta para as "indústrias" ligadas ao vestuário e toucador, onde se concentravam 8 199 trabalhadoras do sexo feminino. No comércio elas tinham presença mínima, sendo 1 385 em um universo total de 47 952 indivíduos.

A questão da composição demográfica da população, com o contraste entre brasileiros e portugueses ocupa todo o intróito da consolidação numérica publicada pela Diretoria de Estatística, com a demonstração dos avanços atingidos no tocante ao peso da população brasileira com relação à estrangeira. Expressão de uma época, os contrastes pontuados demonstravam a euforia nacionalista vivenciada por todo o mundo, com a imposição, por toda parte, de leis restritivas com relação à imigração[9]. Embora o Brasil só fosse adotar o regime de cotas nos anos trinta, dois decretos, ambos datados de 1921, estabeleciam restrições severas à imigração e norteavam, com rigor redobrado, a expulsão, principalmente a de anarquistas, considerados perigosas "aves de arribação".

Figura 4: Nacionais e estrangeiros em resultados percentuais
(Censos de 1920)



Ao longo de todo século XIX e até as leis restritivas da Era Vargas[10], a população portuguesa representou, de forma absoluta, a maioria indiscutível dos estrangeiros fixados na capital (com cifras atingindo entre 61 e 76%). Desde muito cedo, portanto, "emigração portuguesa significou emigração para o Brasil"[11]. Ao que acrescentaríamos: emigração para o Brasil significou, em destaque, imigração para o Rio de Janeiro.

Abandonando-se a análise dos números totais para enfatizar os números relativos aos diferentes distritos da cidade, podemos observar a participação portuguesa não apenas no processo de crescimento material da capital quanto sua inserção no processo de expansão da malha urbana, sendo possível acompanhar essa evolução tanto nos distritos urbanos, quanto nos suburbanos e nos marítimos.

Considerando-se os cinco distritos[12] da área urbana mais central com maior presença estrangeira, os números relativos ao ano de 1872 demonstram que esta concentração guarda vínculos estreitos com a presença portuguesa, ocorrendo apenas duas inversões, explicada por uma presença mais significativa de italianos na paróquia de Sant'Anna e de franceses na Glória, conforme podemos visualizar na tabela que se segue.

Tabela 1: Distribuição dos estrangeiros pelos distritos urbanos
(Censos de 1872)

DISTRITOS	TOTAL DE ESTRANGEIROS	TOTAL DE PORTUGUESES
Sant' Anna	12 311	8 010
Santíssimo Sacramento	11 961	8 064
Santa Rita	11 910	9 024
São José	8 223	5 084
Glória	7 097	4 337

O Censo de 1890 apresentaria algumas mudanças nesta distribuição, embora a paróquia de Sant'Anna permanecesse liderando os quantitativos relativos aos estrangeiros.

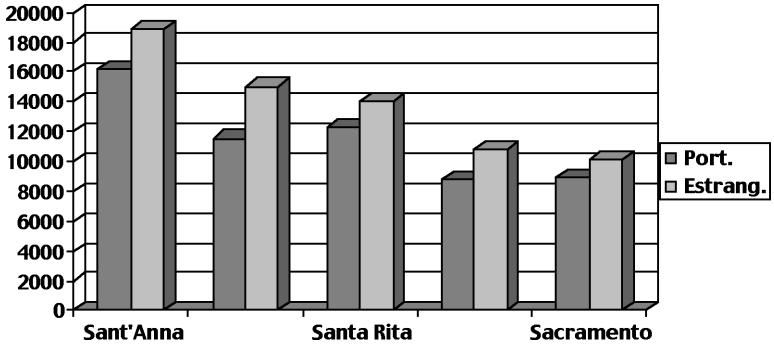
Tabela 2: Distribuição dos estrangeiros pelos distritos urbanos
(Censos de 1890)

DISTRITOS	TOTAL DE ESTRANGEIROS	TOTAL DE PORTUGUESES
Sant' Anna	18 880	16 173
São José	15 032	11 541
Santa Rita	14 033	12 315
Glória	10 800	8 825
Sacramento	10 111	8 873

Mais do que em 1872, os quantitativos relativos aos portugueses guardariam uma proximidade quase perfeita com os quantitativos relativos aos totais gerais, reproduzindo quase a mesma classificação decrescente, com descompassos que podem ser considerados insignificantes.

Tomando por base de análise os números relativos ao Censo de 1890, podemos verificar que os distritos de Sant'Anna, São José, Santa Rita, Glória e Sacramento eram aqueles que concentravam, com maior expressividade, os estrangeiros fixados na área central da cidade. Nesse conjunto, os portugueses eram presença esmagadora, como demonstra o gráfico que se segue.

Figura 5: Distritos centrais com maior concentração de estrangeiros
(Censos de 1890)



No caso específico dos distritos de São José e Sacramento, os índices de 1920 mostrariam que a imigração de sírios e libaneses e o conseqüente desenvolvimento comercial da região acarretariam acréscimos consideráveis com relação à proporcionalidade dos estrangeiros frente aos brasileiros. No Santíssimo Sacramento, inclusive, a população estrangeira viria a suplantar a população nacional (Censo de 1920: L-IV).

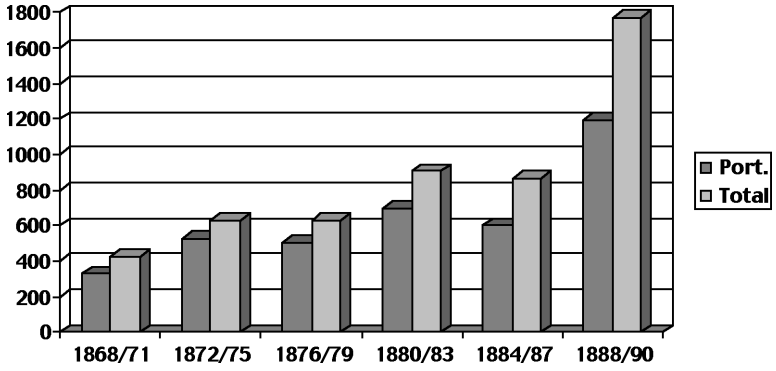
A expansão da malha urbana, como não poderia deixar de ser, acarretou importantes alterações na organização espacial da cidade, com a criação de novos distritos, surgidos por conta do avanço populacional sobre áreas vazias ou parcamente povoadas. Um processo que se apresentava como resultado da dilatação da fronteira agrícola, como fruto do avanço das vias férreas, como desdobramento da expansão da indústria pesqueira ou como conseqüência da concentração das fábricas têxteis em áreas providas dos recursos hídricos necessários.

Dessa forma, o Censo de 1890 apontava dois novos distritos: Gávea e Engenho Novo e o Censo de 1906, outros cinco: Santa Tereza, Gamboa, Andaraí, Tijuca e Méier[13].

Enquanto os distritos da Gávea, Andaraí e Tijuca tiveram suas origens ligadas ao desenvolvimento da indústria têxtil, o Méier ganhou independência do Engenho Novo graças ao avanço dos trilhos. No caso do distrito da Gamboa, este deveu sua criação à construção do novo porto do Rio de Janeiro.

Considerando-se o espraiamento da população na direção sul da cidade, o exemplo de crescimento dado pelo distrito da Lagoa, área fabril por excelência na virada do novecentos, onde a fábrica Corcovado dominava a paisagem, é significativo. Segundo o Censo de 1920, junto aos distritos da Gávea e de Copacabana, a lagoa chegou a concentrar mais estrangeiros do que nacionais, sendo determinante para isso a presença portuguesa.

Figura 6: Entrada de estrangeiros no distrito da Lagoa
(Censos de 1890)



No eixo de expansão norte, a participação portuguesa ganha visibilidade quando analisamos o distrito do Engenho Velho, a partir do qual seriam criados, posteriormente, os distritos da Tijuca e do Andaraí, áreas fabris favorecidas pelos cursos de água que desciam da Floresta da Tijuca. Na área localizaram-se fábricas de grande porte como a Covilhã, a Confiança, imortalizada por sambistas como Noel Rosa e a América Fabril, que tinha empresários portugueses como sócios.

Figura 7: Entrada de estrangeiros no distrito do Engenho Velho – 1868/1890
(Censos de 1890)

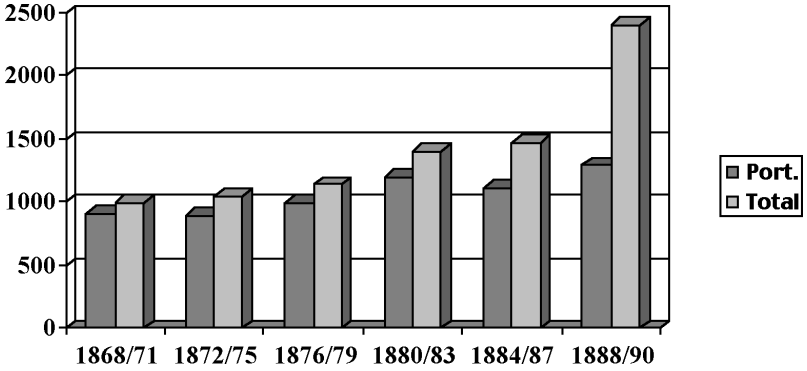
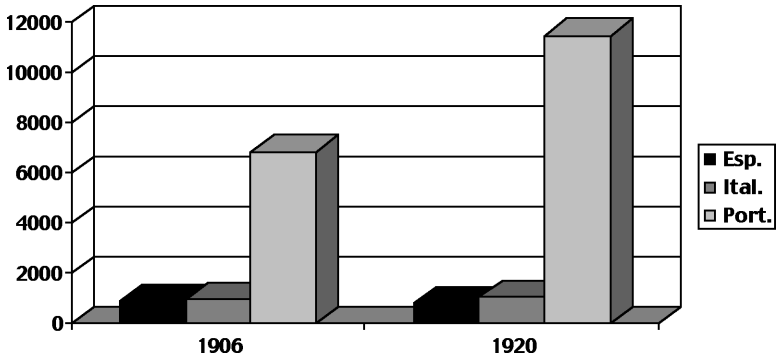
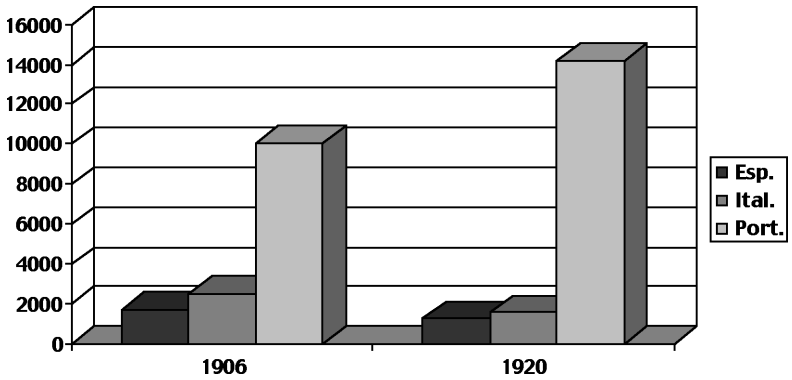


Figura 8: Presença estrangeira no distrito do Andaraí
(Censos de 1906 e 1920)



Além dos exemplos oferecidos pelas áreas fabris, onde era possível encontrar portugueses e portuguesas trabalhando nas fábricas ou como proprietário(a)s ou empregado(a)s no comércio localizado em seu entorno, a participação portuguesa no processo de expansão da malha urbana tem inúmeros outros exemplo. Um deles nos é fornecido pelo distrito da Gamboa, formado como resultado da construção do novo porto da cidade.

Figura 9: Estrangeiros no distrito da Gamboa
(Censos de 1906 e 1920)

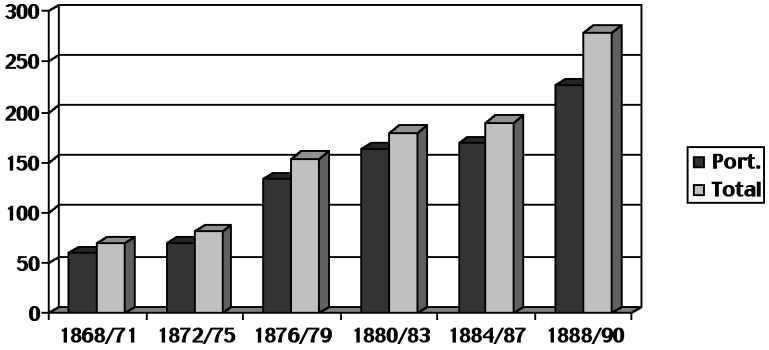


Para além do contexto urbano e sub-urbano, alguns distritos caracterizaram-se como áreas de expansão da fronteira agrícola ou da pesca. Apesar da baixa concentração populacional nessas regiões, a presença portuguesa, mesmo assim, tinha destaque.

O gráfico que se segue, reunindo os dados de 1890 relativos ao distrito de Campo Grande pode servir de exemplo do grande espraiamento da população

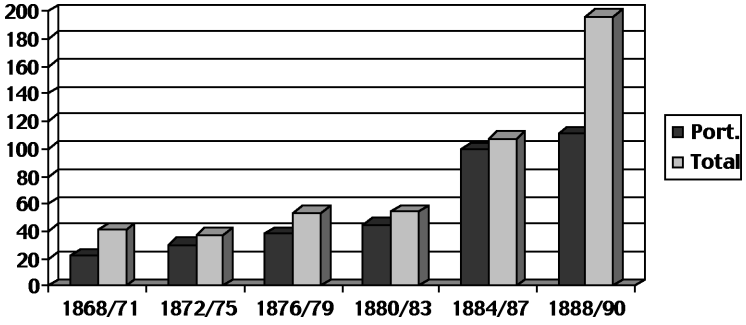
portuguesa pela cidade. Situado na zona rural – situação que mantida até os anos 1970 – o distrito, depois bairro de Campo Grande, da mesma forma que o distrito de Santa Cruz, era responsável pelo abastecimento da área urbana. Hoje, o antigo distrito situa-se na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, distante cerca de uma hora da área central da urbe.

Figura 10: Entrada de estrangeiros na paróquia (distrito) de Campo Grande – 1868 a 1890 (Censos de 1890)



Por último, cabe dar destaque aos chamados distritos marítimos, ilhas localizadas no interior da baía de Guanabara, zonas de pesca por excelência. O peso indiscutível da presença portuguesa no universo dos estrangeiros reproduz-se mais uma vez, como serve de exemplo o distrito da Ilha do Governador.

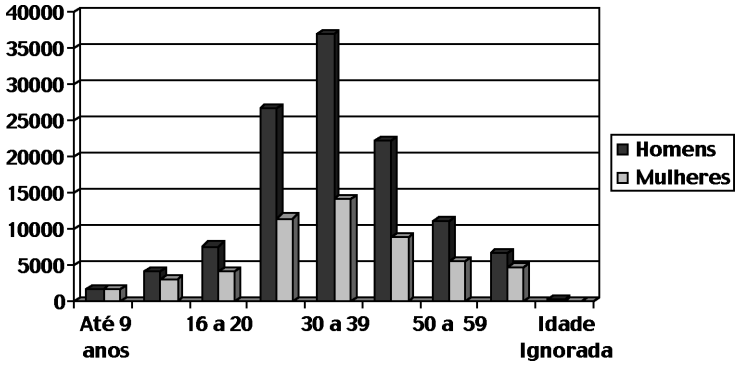
Figura 11: Entrada de estrangeiros na paróquia (distrito) da Ilha do Governador – 1868 a 1890 (Censos de 1890)



Considerados os totais registrados por paróquias (distritos) nos números relativos aos estrangeiros, os portugueses mostraram-se eram majoritários em todos os distritos urbanos, não importando se estes fossem urbanos, sub-urbanos, rurais ou marítimos. Nos totais os homens foram sempre a maioria incon-

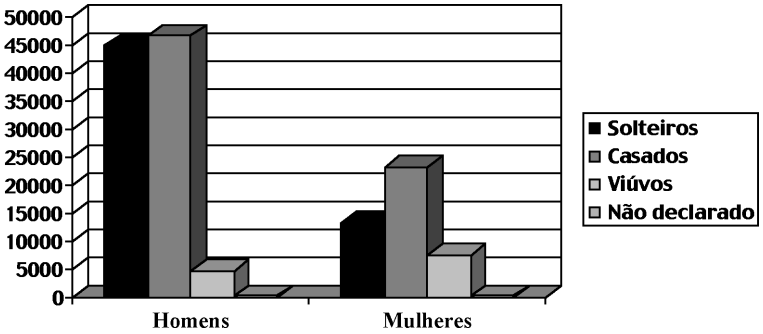
testável. Como nos diz a análise da população por nacionalidades que serve de introdução ao Censo de 1920, as mulheres representavam "pouco mais de 35% em 1920, contra mais de 28% em 1906", ao contrário do que indicavam os números concernentes à população nacional, onde "as mulheres figura[va]m, proporcionalmente, com cerca de 52% no total de habitantes" (Censo de 1920: L-V).

Figura 12: Distribuição dos estrangeiros por faixa etária e sexo
(Censos de 1920)



Ainda que os números relativos a homens e mulheres estejam concentrados igualmente nas faixas etárias intermediárias (21 a 45 anos), algumas questões relativas a gênero merecem destaque. Em primeiro lugar, o fato de, até os nove anos, os quantitativos relativos a meninos e meninas serem, praticamente iguais, fruto da imigração familiar, com a desproporção aumentando paulatinamente. Em segundo lugar o fato dos homens, nas faixas intermediárias alcançarem, praticamente, o dobro dos números relativos às mulheres, demonstrando o peso dos homens solteiros ou sós no conjunto, caminhando para uma maior eqüidade nas faixas de idade mais avançada, quando os casais tornam-se mais presentes. Dessa forma, o gráfico é quase um retrato das tendências gerais da imigração portuguesa para a cidade, marcada pela expressiva chegada de meninos-homem para as casas comerciais.

Figura 13: Distribuição dos portugueses por sexo e estado civil
(Censos de 1920)



Algumas das questões levantadas acima ficam mais visíveis quando cruzamos sexo e estado civil e podemos perceber os resultados de um processo de enraizamento dos portugueses chegados ao tempo da Grande Imigração, ao que se acrescenta a tendência de crescimento da imigração familiar. Podemos observar, por exemplo, no tocante aos homens, um dado que contradiz a memória que temos acerca da imigração portuguesa: o número dos homens casados mostra-se superior ao dos solteiros.

Por outro lado, no tocante às mulheres, não sujeitas às mesmas práticas e(i)migratórias, as casadas têm ampla vantagem. Quanto aos viúvos, como tende a acontecer normalmente quando os sexos são comparados, as mulheres são mais numerosas do que os homens. Tal fato acaba por se refletir na participação de viúvas no mapeamento das lojas comerciais da cidade, que tende a crescer pelo final do século XIX, visto elas assumirem tanto a responsabilidade familiar quanto a empresarial com a morte de seus maridos (Laemmert, 1844--1890).

Com relação aos homens solteiros, principalmente os mais jovens, muitos deles tendiam a desempenhar tarefas que não exigiam grandes qualificações, ocorrendo, muitas vezes, a troca de trabalho por casa e comida; caso daqueles que se situavam na base na hierarquia da profissão de caixeiros[14]. Segundo os números apresentados por John Luccock, para cada quarenta negociantes regulares estabelecidos na praça do Rio, havia dois mil retalhistas e cem vendeiros. No caso dos caixeiros, aprendizes e criados de lojas, o número alcançaria o total de quatro mil[15].

Quanto aos que sobreviviam à margem do comércio, muitos abraçavam trabalhos temporários ou empregavam-se no setor dos carretos, obras públicas, docas e pedreiras. Qualquer que fosse a ocupação, eram mal remunerados e sujeitos a trabalhos árduos e de pouco reconhecimento.

O trabalho pesado, entretanto, não impediu que muitos portugueses – e portuguesas – realizassem seus sonhos e utopias em terras brasileiras. É certo que alguns chegaram pobres e pobres permaneceram ao longo de suas vidas, regre-

dindo inclusive ao nível da miséria, como podem atestar alguns dos processos de expulsão[16]. Vários outros, vitoriosos ou não, retornaram a Portugal. A maior parte, porém, constituiu família no Brasil e no Brasil nasceram seus filhos e netos. Alguns, mais privilegiados, abnegados, abençoados pela sorte ou recompensados por um trabalho árduo desenvolvido, conseguiram reunir recursos suficientes para abrir seus próprios negócios. Houve, dessa forma, não só histórias de sacrifícios, tristezas e fracassos, mas também de realizações e sucessos, quase todas elas, porém, escritas no masculino.

Utilizando depoimentos de descendentes, foi possível ultrapassar a frieza dos números censitários para trazer à luz as histórias de vida de Manoel Antonio Sendas e Matheus Lourenço de Menezes, ambos já fixados no Brasil, em 1920, portanto, contabilizados nos números censitários por nós analisados. Suas trajetórias são exemplos paradigmáticas de determinados processos coletivos vividos.

O primeiro conheceu, em vida, o tão sonhado sucesso, enquanto o segundo não viveu para ver a tão sonhada ascensão social, alcançada, em parte, apenas na terceira geração.

Nascido em Cardanha, Trás-os-Montes, no ano de 1899, Manuel Sendas era ainda menino quando começou a trabalhar na lavoura. Em 1914, com 15 anos, deixou atrás de si tudo que conhecia e partiu para o Brasil na companhia de um tio. A partida da aldeia ficou marcada pela travessia, em lombo de cavalo, da "pontezinha de Moncorvo", a mesma ponte que, anos mais tarde, seria cruzada, em sentido contrário, nos "trezentos cavalos de uma Mercedes 300"[17].

No Brasil, a trajetória de Manuel Sendas foi marcada por um trabalho árduo na loja do tio e muita economia, até que o sonho do negócio próprio fosse realizado. Isto ocorreu no ano de 1924, quando um primeiro armazém foi aberto na periferia da cidade. Chamava-se *Transmontano*, em homenagem à terra natal. Casado, teve na esposa uma companheira de vida e trabalho. Para além das lides femininas, ela ajudava o marido na venda, acomodando as crianças "nos sacos do armazém" ou "embaixo do balcão".

No ano de 1932 a família decidiu voltar para Portugal. A permanência, porém, foi curta, pois tanto o país quanto a pequena Cardana continuavam a enfrentar dificuldades econômicas muito semelhantes às da partida. Tão pobre como antes, a aldeia não apresentava possibilidades de melhoria, motivo pelo qual o casal retornou ao Brasil três anos depois. Um novo armazém – a *Casa do Povo* – foi aberto. Prosperando rapidamente, o estabelecimento possibilitou a abertura de filiais nas redondezas, dando início a uma trajetória de sucesso que nunca mais sofreria interrupções e possibilitaria a criação de uma organização que se tornaria referência obrigatória no ramo dos supermercados.

A segunda trajetória tem por protagonista Matheus Lourenço de Menezes, cuja história de vida no Brasil apresenta as lacunas presentes com relação aos que têm pouco ou nenhum interesse em revivificar o passado. Foi impossível saber, por exemplo, em que ano Matheus chegou ao Brasil, qual era sua aldeia

natal, quantos anos tinha no momento da chegada ou qual foi seu primeiro emprego. O que sabemos é que nasceu em 1869 e que casou em 1911, já no Brasil, tendo o primeiro filho em 1912. Ao contrário dos tios e primos, estabelecidos no comércio de atacado da rua do Acre[18], que haviam servido de incentivo para a opção imigratória, o sucesso não correu ao encontro de Matheus[19].

Após alguns anos trabalhando no *Jornal do Brasil*, Matheus abriu o tão sonhado negócio: uma sapataria situada no centro da cidade (rua Larga, hoje Marechal Floriano). Esta, porém, não foi uma empreitada de sucesso, pois a falência não demorou, possivelmente por Matheus não dominar os meandros do comércio de sapatos. A falência acarretou sérias dificuldades para toda a família, a ponto do casal precisar viver dos favores de primos mais afortunados, que acolheram alguns de seus filhos.

Empregando-se novamente no ramo que mais conhecia, tornou-se tipógrafo do *Jornal do Commercio,* logrando reunir novamente a família em residência situada em um subúrbio da cidade, onde viveu até seus últimos dias, aposentado e em uma cadeira de rodas, sem ter podido voltar a ver Portugal.

Matheus teve cinco filhos, mas apenas três sobreviveram à infância e à juventude. Como o pai, estes começaram a trabalhar ainda imberbes (registro na carteira profissional de Octacilio Ayran de Menezes, empregado, aos 14 anos em loja de tecidos). Todos só fizeram o curso primário e descreveram trajetórias marcadas pela vida nos subúrbios e contínuas dificuldades.

A instrução dos filhos tornou-se o horizonte a ser perseguido pelos filhos de Matheus. Todos os netos cursaram o segundo grau e três deles o curso superior. As mulheres tornaram-se professoras primárias e duas delas, pós-graduadas, tornaram-se professoras de curso superior. Dos cinco homens, um tornou-se arquiteto, um oficial do exército, dois contadores e um industriário. Matheus Lourenço de Menezes, entretanto, não viveu para ver as vitórias conquistadas pelos netos, pois morreu quando estes eram muito pequenos, alguns nem nascidos.

Conforme demonstram as trajetórias descritas, muitos foram os(as) portugueses(as) que sustentaram suas famílias com o trabalho nos balcões dos bares, armazéns, sapatarias, quitandas, padarias, alfaiatarias, lavanderias e açougues da cidade, espaços nos quais sua determinação venceu obstáculos e garantiu para filhos e netos um lugar ao sol. Muitos colheram em vida os frutos de seu esforço; outros deixaram a colheita para a posteridade. De qualquer forma, a maioria deles transformou o desafio do começo de uma nova vida em solo estrangeiro em exemplo de trabalho, coragem e tenacidade.

FONTES

BRASIL. Arquivo Histórico Do Itamarati. Diretoria Geral de Estatística – *Censos de 1872, 1890. 1906 e 1920*.

BRASIL. Arquivo Nacional – *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de* Janeiro, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1844-1890.

BIBLIOGRAFIA

BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam. Conseqüências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa: Dom Quixote.

HERCULANO, Alexandre (1977), "A emigração para o Brasil", *Diário do Governo*, n.º 12, de 13.01.1838.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.

LUCCOCK, John (1975), *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia.

MENEZES, Lená Medeiros de (1996), *Os Indesejáveis. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal*, Rio de Janeiro: EDUERJ.

SENDAS, Márcia Maria (1994), *Meu avô, comendador Manuel Antonio Sendas. Origens da família Sendas no* Brasil, Rio de Janeiro: Four Print.

NOTAS

1 Observe-se que, embora o tráfico já estivesse extinto, apenas a chamada Lei do Ventre Livre, que garantia a liberdade aos nascituros, fora aprovada (1871), o que explica a existência de uma população ainda escrava. A chamada Lei dos Sexagenários dataria de 1885 e a Lei Áurea, que pôs fim à escravidão no Brasil, seria aprovada em 1888, um ano e meio antes da Proclamação da República..

2 Observe-se, ainda, que, em termos internacionais, este período corresponde à chamada Terceira Onda dos processos migratórios, caracterizada por uma emigração de massa que teve por foco de irradiação principal a Europa mediterrânica, atingida por efeitos perversos dos avanços capitalistas.

3 Nesse total, 4 109 foram considerados flutuantes e 151 093 fixos.

4 Importante ressaltar que a publicação dos números censitários traz a informação de que haviam sido computados como estrangeiros todos os "indivíduos nascidos fora do Brasil", ressalva necessária tendo em vista a chamada Grande Naturalização, decretada no mesmo ano.

5 Recenseamento de 1890: 180-231.

6 LOBO, 2001: 41.

7 Subdividia-se em têxteis, couros e peles, madeiras, metalurgia e, por último, cerâmica.

8 Subdividia-se em produtos químicos e análogos, alimentação, vestuário e toucador, mobiliário, edificação, aparelhos de transportes, produção e transmissão de forças físicas, indústrias relativas às ciências, letras e artes e, finalmente, indústrias de luxo.

9 A publicação dos resultados traz uma introdução cuidadosa, na qual estão inseridos quadros comparativos contrastando os números referentes a brasileiros e estrangeiros desde 1856, contemplando tanto a população urbana quanto a suburbana e a marítima, subdivisões que norteavam a classificação das paróquias (distritos).

10 O decreto n.º 19 482 de 19 de dezembro de 1930 estabeleceu a proibição da entrada de passageiros de terceira classe, estabelecendo um processo seletivo baseado em condições econômicas. Deve ser lembrado, também, que a restrição da entrada de mendigos, aleijados e portadores de enfermidade já estava estabelecida desde o decreto-lei n.º 1 641 de 7 de Janeiro de 1907. Finalmente, as restrições tornar-se-iam mais rigorosas com a entrada em vigor da nova constituição, datada de 16 de julho de 1934 que, em seu parágrafo 6.º, artigo 121 consagrou o regime de cotas.

11 HERCULANO, 1977: 41.

12 Por uma questão de uniformização no texto, utilizaremos a denominação geral de distrito, embora a denominação utilizada nos censos de 1872 e 1890 fosse paróquia.

13 A denominação variou conforme os anos. Em 1872 e 1890 a denominação é a de paróquia. Em 1906 e 1920, a de distrito.

14 Segundo o jornal *O Caixeiro*, quatro estágios principais compunham a hierarquia no interior da profissão. Na base, havia o caixeiro das entregas ou do balcão. Para além destes, o caixeiro de fora (ou de porta-fora), encarregado de cobranças e de vendas externas e o caixeiro de escritório, encarregado da correspondência, faturas e compras. No topo encontrava-se o guarda-livros, ou primeiro caixeiro, encarregado da escrituração e do trabalho de caixa (RJ. O *Caixeiro*, n.º 2, 26 de Outubro de 1873).

15 LUCCOCK, 1975: 72.

16 A necessidade de processos administrativos com vistas à expulsão foi estabelecido pelo decreto n.º 1 641 de 07 de Janeiro de 1907, em atendimento às indicações do Direito Internacional. Para aprofundamento do tema, ver MENEZES, 1996.

17 Sua trajetória foi registrada pela neta e encontra-se publicada (SENDAS, 1994).

18 Sua história comprova que o ato de emigrar devia-se, principalmente, à "ambição de adquirir fortuna fomentada e desenvolvida pelo exemplo dos que regressavam com boas fortunas e em relação aos quais não serve de obstáculo a idéia de que a maioria dos emigrantes que permanece lá fora é vítima da miséria e da falta de saúde" (Anônimo, 1873, citado por BRETTEL, 1991: 96).

19 Trajetória descrita a partir dos depoimentos prestados por uma sobrinha e uma de suas netas, além de alguns documentos que nos passaram pelas mãos, como sua carteira profissional.